



**COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA,
EXTENSÃO E CULTURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIAS E
PRÁTICAS DA GEOGRAFIA ESCOLAR**

Luiz Henrique César Moreira

**REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA
ANTIRRACISTA**

Rio de Janeiro

2025

Luiz Henrique César Moreira

REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA ANTIRRACISTA

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado ao Programa de Geografia, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Teorias e Práticas da Geografia escolar

Orientadora Professora M.^a Paula Sousa
de Oliveira Barbosa

Rio de Janeiro

2025

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER
CATALOGAÇÃO NA FONTE

M838 Moreira, Luiz Henrique César
Reflexões sobre educação geográfica antirracista / Luiz Henrique César
Moreira. – Rio de Janeiro, 2025.

20 f.

Artigo científico apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso
(Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar) – Colégio
Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Paula Sousa de Oliveira Barbosa.

1. Geografia (Ensino fundamental) – Estudo e ensino. 2. Educação
antirracista. 3. Hegemonia. 4. Brasil. [Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de
2003]. I. Barbosa, Paula Sousa de Oliveira. II. Colégio Pedro II. III
Título.

CDD 910

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.

LUIZ HENRIQUE CÉSAR MOREIRA

REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA ANTIRRACISTA

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado ao Programa de Geografia, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Teorias e Práticas de Geografia Escolar.

Aprovado em: 30 / 04 / 2025.

Banca Examinadora:

Prof.^a Ma. Paula Sousa de Oliveira Barbosa (Orientadora)

TPGE/CPII

Prof. Dr. Leandro Riente da Silva Tartaglia

TPGE/CPII

Prof. Dr. Mário Pires Simão

Departamento de Geografia da FFP/UERJ

Prof. Dr. Demian Garcia Castro

TPGE/CPII

Rio de Janeiro

2025

REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA ANTIRRACISTA

Luiz Henrique César Moreira

Resumo: Neste trabalho há o empenho em analisar a importância e a correlação entre a Lei 10.639/03 e a Geografia no campo do ensino antirracista. Nesse sentido, pesquisa-se o papel desempenhado pelas Geografias Negras enquanto propositora de um ensino o qual é contra-hegemônico, e que resgata o papel relevante dos negros e negras na construção do Brasil. Estuda-se as possibilidades e estratégias para um ensino decolonial, o qual busca superar o sistema racista que permeia o ensino, ao mesmo tempo em que se propõe a difundir um ensino plural e igualitário. Descortina-se no ensino antirracista, ao vislumbrar a sua essência, como é demonstrado neste trabalho, a denúncia do racismo presente nos currículos escolares, assim tal qual o empoderamento dos negros e negras por meio do resgate histórico, potencializado ao serem estudadas as participações e contribuições africanas e afrodescendentes no Brasil, tendo os afrodescendentes como protagonistas neste processo.

Palavras-chave: Geografia; educação; antirracista.

REFLECTIONS ON ANTI – RACIST GEOGRAPHY EDUCATION

Abstract: This paper aims to analyze the importance and correlation between Law 10.639/03 and Geography in the field of anti-racist education. In this sense, the role played by Black Geographies is researched as a proponent of a type of education that is counter-hegemonic and that rescues the relevant role of black men and women in the construction of Brazil. The possibilities and strategies for decolonial education are studied, which seeks to overcome the racist system that permeates education, while at the same time proposing to disseminate a plural and egalitarian education. In anti-racist education, by glimpsing its essence, as demonstrated in this paper, the denunciation of racism present in school curricula is revealed, as well as the empowerment of black men and women through historical rescue, enhanced by studying the participation and contributions of Africans and Afro-descendants in Brazil, with Afro-descendants as protagonists in this process.

Keywords: Geography; education; anti-racist.

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2003 foi promulgada a Lei Federal nº 10.639, que instituiu a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana no Brasil, legitimando e resgatando todo um empenho ancestral e contemporâneo, a exemplo dos movimentos sociais, tal qual o Movimento Negro. Essa Lei é fruto do reconhecimento do papel e protagonismo da população negra na formação do Brasil e também reflexo de um novo olhar sobre a África, os africanos e seus descendentes no Brasil.

Dentro dessa perspectiva, lançando mão e munidos dos elementos e alicerces da referida Lei, como podemos, nós geógrafos, relacionarmos e potencializarmos o ensino geográfico para as ações e medidas objetivando a prática de uma educação antirracista? Quais métodos a serem aplicados para persecução de um ensino afrocentrado, que aquilombe¹ saberes, que produzam e difundam conhecimento, para que promovamos uma educação igualitária para a negritude, e cuja episteme seja universalizante e inclusiva? Como implementar medidas e estratégias pedagógicas, no ensino da geografia, que sejam antirracistas? E de qual forma vencer os obstáculos e, ao mesmo tempo, manter ações que potencializem e empoderem, no campo escolar, e na prática docente, meios que antagonizem as práticas do epistemicídio, decorrentes da colonialidade do poder², do saber³ e do ser⁴ que são eurocentrados?

A relevância deste trabalho de pesquisa reside no engajamento por uma educação geográfica antirracista no Brasil, país formado numa cultura eurocentrada e racista com repercussões na área do saber e do ensino. Buscou-se contribuir para os debates acerca das dificuldades de implementação da Lei 10.639/03, estabelecendo a relação da lei com a Geografia e, finalmente, ressaltando a importância das Geografias Negras.

Para tal, foi feita a revisão bibliográfica, baseada, sobretudo, no Dossiê Geografias Negras no Espaço Escolar, da revista *Giramundo*, publicado em 2021, além do trabalho de outros autores e autoras da Ciência Geográfica. Para tanto, este artigo aqui apresentado é dividido em algumas partes, as quais abordam a relação da Geografia Escolar e a Lei 10.639/03, a Educação Geográfica antirracista e as Geografias Negras, sugestão/possibilidade para um ensino geográfico antirracista para o ensino fundamental, as dificuldades para a efetivação de um ensino antirracista, e o desfecho/conclusão do artigo.

1.1. Geografia Escolar e a Lei 10.639/03

A Lei Federal 10.639/03 é um marco fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, legitimando uma educação antirracista e inclusiva, como ressaltam Silva *et al.* (2021). Neste sentido, revisita-se a história do Brasil, em especial, a história negra brasileira, reescrevendo o que foi apagado, corrigindo o que foi fraudado, lançando luz sobre as trevas, e tornando visível o que estava encoberto, confrontando estruturas de dominação.

¹ Aquilombar: para além de outros significados entendimentos, diz respeito ao empoderamento da negritude, incluindo diversas ações a exemplo da solidariedade para a comunidade afrodescendente, estudos voltados para a diáspora negra, proteção em diversos níveis para a população negra, o cuidado com a saúde e autoestima para os negros.

² Colonialidade do poder: conceito forjado pelo professor Anibal Quijano, segundo o qual trabalha ao estudar as manifestações de imposição de poder e controle decorrentes de uma cultura herdada do período da dominação colonial.

³ Colonialidade do saber: conceito criado pelo professor sociólogo Anibal Quijano, conceito esse que trabalha as formas de controle sobre o conhecimento impostas segundo a herança colonial.

⁴ Colonialidade do ser: conceito proposto pelo professor Nelson Maldonado-Torres, e que trabalha os efeitos presentes da cultura colonial enquanto moduladora da existência e entendimento do eu, e da coletividade, segundo parâmetros que hierarquizam pessoas segundo entendimentos racializados

A lei 10.639/2003 é considerada um grande marco para o Movimento Negro que sempre lutou pela obrigatoriedade do ensino da História e Cultura da África e dos Afrodescendentes brasileiros. A implementação da lei federal nas escolas contribui para a superação de uma estrutura de dominação sofrida pelo negro a partir do sistema de produção escravista (OLIVEIRA; SAMPAIO, 2021; p. 71).

A referida Lei consubstancia o reconhecimento, que ainda é negado ou abrandado nos dias de hoje, da prática escravagista imposta desde a época das “Grandes Navegações”, e que têm seus efeitos nos dias atuais, a exemplo da subordinação da negritude em diversos aspectos da vida social brasileira, a exemplo das condições econômicas e de acesso à saúde e educação, quando comparadas à branquitude. Dessa forma, corroborando no descortinar da série de infortúnios e mazelas impingidas para uma parcela considerável da população (CARVALHO e SANTOS, 2021), e tirando a “máscara” de uma sociedade brasileira supostamente livre do racismo.

Outrossim, no esforço para um olhar fora das amarras coloniais, pergunta-se sobre a exclusão, o silenciamento, a negação dos corpos e saberes negros nos currículos das escolas, daí também, a necessidade de se vencer a conjuntura hegemônica colonial.

A constatação do lugar excludente ocupado pela população afro-brasileira e o silenciamento existente nos currículos escolares, gerou a busca por um instrumento efetivo de combate a essas lacunas formativas. A promulgação da lei nº 10.639/03, dessa maneira, instituiu a obrigatoriedade do ensino da história da África e cultura afro-brasileira, possibilitando meios para a construção de uma educação antirracista (MENDES; RATTTS, 2021, p. 20).

Com a força da referida Lei, conforme demonstrado por Mendes e Ratts (2021, p. 22), há a confirmação legal e a legitimação, fruto de uma política do Estado, decorrente da força e representação da sociedade, para uma educação eminentemente antirracista. E, com efeito, a consecução efetiva do ensino da história e cultura da África e afrodescendentes, mas não somente o versar sobre estas temáticas, mas sim a busca pelo conhecimento amplo e profundo. E com isso buscando-se justiça, através de medidas, como:

No Brasil, nas últimas décadas, o governo federal estabeleceu algumas políticas a fim de corrigir possíveis injustiças, excluir a discriminação racial de dentro da sociedade e realizar a inclusão social de todos no território brasileiro, uma vez que, nem todos os povos possuíam as mesmas oportunidades, além de pouco se conhecer sobre a história e trajetória da origem e luta do povo negro no país (SILVA *et al*, 2021, p. 49).

Para a Geografia, amplia-se a possibilidade de trabalhar com o ensino geográfico antirracista e, assim, contribuir eficazmente por uma educação inclusiva, democrática, emancipatória e libertadora.

No caso da Geografia, notamos como a disciplina teve seus horizontes de possibilidades pedagógicas ampliadas com a centralidade de uma prática antirracista, focada nas relações étnico-raciais e abordagens de leituras afrocentradas, no uso de recursos visuais de representação da população negra e na construção de uma identidade negra positiva (CELESTINO; OLIVEIRA, 2021, p. 99).

A Ciência Geográfica tem um vasto campo para atuar em um ensino comprometido com a educação antirracista, de forma a construir inúmeras formas de ação e possibilidades, as quais contribuam rica e decisivamente para o ensino afrocentrado. Podem ser usados inúmeros materiais pedagógicos, sejam áudio e visual, por meio de mapas, escritos, gravuras, literaturas e leituras, por exemplo, que possam trabalhar sobre a África, os africanos e descendentes, de forma positiva e empoderada. Construindo, assim, um ensino que confronte, supere e denuncie as bases coloniais eurocentradas, tal qual leve a luz libertadora e emancipe os historicamente marginalizados.

2 DIFICULDADES PARA A EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03

A criação da Lei 10.639 no ano de 2003 é um marco na história brasileira, fruto direto das lutas ancestrais empreendidas pelos negros e negras, e por aqueles e aquelas, que no decorrer do processo histórico nacional brasileiro, abraçaram a causa libertadora e abolicionista. Remontando, dentro de uma possível perspectiva, e ainda que indiretamente, revoltas e rebeliões, mesmo antes do Brasil ser o Brasil, e antes da consolidação da independência desse país. E, decerto, essa concretização legal é a coroação para as gerações contemporâneas, que a seus tempos, e como resultados de seus esforços e empreendimentos, contemplaram, ou ainda contemplam a vigência desse dispositivo.

A despeito desse grande avanço cristalizado, a implantação efetiva da Lei, que é ir para além da teoria, e assim ser efetiva, nos campos práticos e em ambientes escolares, nas abordagens nas aulas, configura-se mais um grande desafio, para que essa conquista não seja para “inglês ver”.

A Lei 10.639/03 é o reconhecimento da história e protagonismos negros, para além do até então comumente ensinado e propagado dentro de uma ótica eurocentrada e colonialista. Ela é também um instrumento e legitimação para que, conforme o seu propósito, a história da África, dos ancestrais africanos, dos negros e negras brasileiros, e seus papéis na história e formação do Estado Brasileiro, assumam relevância dentro dos meios e ambientes escolares no Brasil, dentro de uma perspectiva negra e decolonial.

Porém, para que esse ensino, segundo a ótica negra e decolonial, em particular pelas Geografias Negras, seja levado a efeito, inúmeras barreiras, sejam elas interpessoais, culturais, religiosas, e ainda reacionárias, racistas, conservadoras e preconceituosas, têm de ser superadas, em especial no ambiente escolar. Esse conjunto de elementos intrínsecos ao pensamento colonial, que reverbera em práticas no ambiente escolar, por meio de hábitos que buscam marginalizar e/ou inviabilizar saberes não europeizantes, portanto, inferiorizar e ocultar a episteme negra, fazem parte, e se desdobram nas colonialidades do poder, do saber e da natureza.

Segundo Cruz (2017, p.17), há a intenção do colonizador [e da mentalidade colonial contemporânea] de eliminar “as muitas formas de conhecer” (e viver) dos povos subjugados e colonizados e substituir por outras formas de conhecer (e viver) [europeias].

Trata-se de uma verdadeira violência epistêmica, ou seja, uma forma de exercício do poder que produz a invisibilidade do outro, expropriando-o de sua possibilidade de representação e de sua autorrepresentação; isto é, trata-se do apagamento, do anulamento e da supressão dos sistemas simbólicos, de subjetivação e representação que o outro tem de si mesmo, bem como de suas concretas de representação e registro de suas memórias e experiências (CRUZ; OLIVEIRA, 2017, p.17).

A colonialidade como herança cultural, cognitiva e epistêmica está materializada no eurocentrismo que atravessa e orienta até os dias atuais uma grande parte da produção cultural em meios sociais, incluída aí a produção dos geógrafos (CRUZ; OLIVEIRA, 2017, p.18).

Justamente os sistemas hegemônicos de pensamento na Geografia brasileira, traduzidos pela herança colonial, que visa “nortear” não somente os assuntos e temáticas a serem tratados em sala de aula, assim como a forma como serão abordados, que as Geografias Negras visam combater, “suleando⁵” e oportunizando uma forma de pensar inclusiva e multicultural no ensino geográfico.

E uma das formas de combater, tanto a negação do racismo, quanto suposta passividade dos negros na história e formação do país, em de sala de aula, é lançar luz, por meio de debates, ilustrações, abordagens e estudos, que venham a confrontar as ideias colonialistas nos espaços escolares.

As palavras de Lélia Gonzalez [professora de Geografia, História e Filosofia] ressoam como uma convocação, para além da denúncia do racismo no campo da educação [...] posiciona os educadores na discussão e ação frente a questão étnico-racial no cotidiano escolar (SILVA JÚNIOR *et al*, 2022, p. 98-99).

Uma das questões políticas que consideramos relevantes é o desconhecimento da população local (e brasileira, em geral), das referências do protagonismo do povo negro e das territorialidades negras – um entrave para a busca da igualdade racial na geografia, uma disciplina marcada pela colonialidade. Afinal, sabemos da importância de nomear as opressões, já que não podemos combater o que não reconhecemos, enxergamos ou nomeamos. Quando se pode dar nome a um problema é possível encontrar e criar uma solução. Dessa forma, dar nome a algo significa que estamos conscientes desse algo; e reconhecer o racismo torna-se uma primeira forma de combatê-lo (SILVA JÚNIOR *et al*, 2022, p. 98).

Desse modo, ampliamos a visibilidade negra na geografia e valorizamos o protagonismo do povo negro (SILVA JÚNIOR *et al*, 2022, p. 101). Progredir e ampliar, por um lado as estratégias de combate aos posicionamentos, cultura, visão e crença de cunho reacionário conservador colonial em sala de aula, ao mesmo tempo em que são promovidos estudos mais abrangentes e profundos, assim como o incentivo aos debates e discussões sobre a temática negra, é o “sul⁶” a ser alcançado e conquistado.

O engajamento por uma educação antirracista faz parte de uma luta anti-hegemônica na área do ensino e do saber, com desdobramentos múltiplos que envolvem questões de ordem social, política e conforme Moraes (2021), também religiosa. Essa luta é exercida, também, no ambiente escolar e universitário, tendo as bases curriculares como um território de disputa, e de acordo com Rodrigues *et al* (2021), professores de Geografia têm a oportunidade de exercer um papel relevante dentro desse cenário.

Superar esta conjuntura eurocentrada e hegemônica, que hierarquiza saberes, é um papel preponderante nas Geografias Negras, de forma a dar voz e visibilidade aos cativos da “herança” colonial no Brasil. Vencer a colonialidade do saber, conforme Santos (2013), libertando mentes e corações aprisionados, dentro do contexto social brasileiro, no qual há racismo manifesto de diversas formas, e em distintos momentos, é algo a ser conquistado.

⁵ Sulear: palavra usada como equivalente a nortear, porém tendo prevalência dentro das lutas ideológicas que visam emancipar e equiparar os países e nações do Sul Global, o quê decerto excede o posicionamento geográfico, incluindo aos do “SUL” não somente os que estão ao sul do Equador, mas também países ao norte dessa linha, assim tal qual há países no sul geográfico que não fazem parte dos países do SUL.

⁶ Ver nota número 5.

Em acordo com Pimentel *et al*, (2021, p. 75), a luta antirracista corrobora para superar a colonialidade do ser, à medida que mentes obscurecidas são libertas dos crivos da prisão e dos grilhões que assolam e embaçam a mente e os sentidos, trazendo à tona questões étnicas raciais. É uma das formas de nós geógrafos vencermos e superarmos as barreiras sociais e raciais outrora e diuturnamente impostas e promovermos no campo do ensino, na escola, e nas universidades e nos centros de saber, a justiça social, em especial a busca pela igualdade étnica/racial, levando a apreciação e discussão do racismo e estereótipos criados.

Existem barreiras sociais e, ao lado delas, barreiras raciais na luta pela conquista de “um lugar ao sol” e da “condição de gente”. Muitos afirmam que o preconceito de cor é um fenômeno de classe e que no Brasil não existem barreiras raciais. Todavia, estas se manifestam de vários modos e são muito fortes (FERNANDES, 1959, p.22).

É superar as falsas narrativas e discursos estruturados em afirmações rasas e superficiais, quando não mentirosas e inverídicas, que visam sustentar, tanto explicações do estado atual da maioria da população negra no Brasil, assim como negar que haja racismo no país. No campo das ideias, termos e produzirmos argumentos sólidos que sustentem elementos os quais se contraponham àqueles que negam e se contrapõem às medidas racialmente reparatórias, tanto em universidades, quanto em concursos públicos.

3 EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA ANTIRRACISTA E GEOGRAFIAS NEGRAS

A Geografia, então com a legitimidade e o referencial da Lei 10.639/03, tem em si um campo fértil de atuação no engajamento por uma educação antirracista, possibilitando “sulear” ações em prol de um ensino renovador, que abarque conteúdos estabelecidos a partir desta determinação legal, abrindo todo um horizonte de possibilidades no campo geográfico, inclusive com atuação na esfera política e com os atores sociais.

Nesse caminho, a Geografia pode ser catalisadora de mudanças, de conexões, de diálogos e de organização política ao expor didaticamente as contradições do racismo existentes no espaço e, a partir disso, impulsionar a luta contra o racismo dentro e fora dos muros da escola (BARBOSA *et al*, 2021, p. 68).

A partir disso, é possível promover uma educação geográfica que reverbere as lutas contra o racismo, denunciando as questões raciais no país, perfazendo um espaço de possibilidades para um ensino que se proponha para além de expositivo e transferidor de conhecimento, também modo, lócus de troca e compartilhamento de ideias. E assim, enriquecedor dos saberes, numa atmosfera interacional onde indivíduos possam, conforme apontam Pimentel *et al* (2021), num ambiente democrático, inclusivo e acolhedor, desenvolver o senso crítico e analítico, da realidade ao redor e do mundo/sociedade como um todo.

Neste sentido, destacam-se as Geografias Negras, as quais se contrapõem ao ensino superficial e colonial, sendo empenhadas por uma educação que rompa com a invisibilidade e depreciação impostas à população negra. Além disso, se propõem a esquadrihar a ciência, o conhecimento produzido, as metodologias utilizadas, em busca de pistas e comprovação do quanto o saber é feito segundo ditames hierarquizantes comprometidos com uma agenda dominante e subalternizante.

E nesse tocante, as Geografias Negras somam-se a outros movimentos sociais e políticos, os quais incluem mulheres e homens, das mais variadas cores e segmentos sociais, unindo forças para efetivação, nas variadas áreas na sociedade, em prol da luta antirracista.

“A luta antirracista implica a adoção voluntarista de toda uma série de ações, estendidas a todos os recantos da sociedade, que atinjam tanto o segmento que, de fato, é racialmente dominante quanto o segmento que, historicamente, é racialmente subalternizado” (MOORE, 2007, p. 248).

As Geografias Negras, ainda que não somente, mas a priori, no campo do conhecimento e educacional, empenham-se em vencer a imagem “construída” pela cultura racista, que subalterniza a população negra afrodescendente, sendo uma de suas ações aquelas voltadas para a formação e conteúdo produzido pela Geografia através dos tempos.

Para tal, as pesquisas desenvolvidas neste ramo da ciência geográfica incluem a historicidade da formação da Geografia enquanto Ciência, inclusive seus pressupostos e suas áreas de interesse, buscando destrinchar o pensamento geográfico e, com isso, identificar o colonialismo e imperialismo nele presente, os quais têm como tônica a perpetração do racismo.

Acerca da geografia escolar, as Geografias Negras envolvem a evolução deste ramo do saber, sobretudo no Brasil, envolvendo, inclusive, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), cuja função é ser base e direcionadora para educação nacional, portanto, um terreno de disputa. Estes estudos nos permitem compreender, de forma mais apurada, não somente as relações de poder como um todo, mas as suas implicações no ensino, e em particular, no ensino produzido no interior da Geografia.

Já na prática escolar, estas pesquisas, ao apontarem a ausência ou invisibilidade de assuntos pertinentes, tais quais os relacionados à África e a negritude como um todo, fornecem uma pista valiosa para o estudo geográfico. Esta ausência ou mesmo o viés facultativo atrelado às disciplinas sobre Geografia da África dizem muito sobre o caráter dispensável atribuído a esses saberes na formação dos profissionais desta ciência (MENDES; RATTS, 2021).

Nesse sentido, esse apagamento, que apresenta, inclusive, viés racial, consubstancia-se em algo caro e relevante dentro das Geografias Negras.

A questão racial é um tema caro à Geografia. A Geografia, ao longo da sua história moderno-colonial, esteve envolvida em projetos de poder a serviço da dominação como o colonialismo e o imperialismo. A raça sempre esteve no centro das formulações dos pioneiros da Geografia acadêmica como Ratzel e La Blache, contudo, de forma “mágica”, foi obliterada da história do pensamento geográfico, especialmente no Brasil (OLIVEIRA, 2022, p. 2).

Essa invisibilidade perpetrada através dos tempos, é refletida numa prática corrente, resultado direto das ações colonizadoras imbricadas e das discriminações, as quais reverberam atualmente, de diversas formas, conhecidas também como colonialidade do poder. Esta colonialidade redundando em inúmeros meandros, como o epistemicídio aos saberes não eurocentrados, a exemplo da cultura e saberes ancestrais negros, no intuito de apagar da memória o protagonismo e capacidade da população negra.

As ações pedagógicas numa perspectiva das Geografias Negras, necessariamente antirracistas, com seus desdobramentos decoloniais, buscam lançar luz sobre fatos históricos associados à população afrodescendente. Além disso, elucidam e trazem à tona a importância da população negra na formação social do povo brasileiro, assim como na cultura, na religiosidade, na família e na constituição do país, e que foram, e são convenientemente relegados ao ostracismo da história.

Neste íterim, consolida-se o papel deste ramo da Geografia nos esforços em prol de uma dinâmica comprometida com a propagação e abordagem pedagógica positiva da história da população negra. Silva *et al* (2021) nos apontam que:

O que precisa ser abordado e trabalhado é a valorização da diversidade cultural, levando em perpétua consideração aos negros como indivíduos

protagonistas também na história da sociedade nacional, dando ênfase as manifestações culturais, como suas músicas, danças, religião e culinária, destituindo a discriminação no atual período (SILVA *et al*, 2021, p. 53).

Então, o papel desempenhado pelas Geografias Negras, é também resgatar a história desta população enquanto indivíduos dotados de capacidades, para além de físicas, decerto intelectuais, com suas marcas na história, e com isso, contribuindo para a autoestima da negritude. Neste sentido, o resgate que empodere a negritude, com práticas afrocentradas, educativas, leituras, interpretações, usos vocabulares e empregos da semântica, são fundamentais.

A leitura afrocentrada dos conteúdos tradicionalmente presentes na Geografia Escolar se traduz em alguns casos a partir de simples estratégias como o uso educativo de determinados vocábulos - como pessoa escravizada ao invés de escravo - até a construção de aulas e sequências didáticas que tensionam os conteúdos e os deslocam do processo de ensino-aprendizagem de uma visão eurocentrada e, por conseguinte, que supervaloriza pessoas brancas, invisibilizando as populações negras e suas formas de resistências (CELESTINO; OLIVEIRA, 2021 p. 94).

Com isso, desconstrói-se a práxis educacional/escolar hegemônica europeizante, ao mesmo tempo em que se constrói uma cultura educacional que eleve outros saberes, sejam negros e indígenas, em uma cultura educacional plural.

Uma forma de atuação antirracista no campo do ensino é nas comunidades quilombolas, onde há uma luta pela sua própria existência e onde a importância do resgate histórico do protagonismo negro se faz necessário, frente a séculos de opressão. Estas comunidades quilombolas são “fixos⁷”, remetendo ao professor Milton Santos, portanto representam a luta ancestral negra, carregada de toda uma simbologia, que é a resistência histórica de um povo contra a opressão. Não somente isso, estes mesmos “fixos”, são atualmente espaços que resgatam a memória daqueles que lutaram pelas próprias vidas, pela liberdade. E hoje, inclusive por meio das escolas nestas comunidades, busca-se preservar e exaltar a cultura e história negras.

A Geografia, de acordo com Barbosa *et al* (2021), pode trabalhar a autoestima da população negra, com exemplos edificantes e motivadores, quebrando a invisibilidade e depreciação impetrada, com expoentes tal qual o professor Milton Santos. Em acordo com Rodrigues *et al* (2021, p. 63-64), personalidades marcantes, tais quais escritores como Machado de Assis e Lima Barreto na Literatura, os irmãos Rebouças, na área da Engenharia, Esperança Garcia, na área do Direito, a qual lutou contra o racismo, Zumbi dos Palmares e Dandara, no Quilombo dos Palmares, Tereza de Benguela, a qual chefiava o Quilombo do Piolho, mulher marcante na luta contra a escravidão, são outros grandes referenciais.

Ou ainda, como forma de enriquecimento e autoestima desta população, vencer a ideia de uma única beleza, que se entende branca, exaltando a pessoa negra⁸ enquanto igualmente bela, e também a superação de estigmas, deboches e chacotas, que têm aos negros objeto de escárnio. Acerca do padrão de beleza branco, Pimentel (2011) nos mostra que:

⁷ Fixos: conceito criado pelo professor Milton Santos, e que se refere a elementos criados no espaço geográfico, a exemplo de infraestruturas, tais quais os quilombos, prédios e monumentos, por exemplo.

⁸ No Brasil, diferentemente dos Estados Unidos da América, cuja marca também é a ascendência, ou ancestralidade, cuja uma “gota de sangue negro” estabelece que uma pessoa de cútis branquíssima, com cabelos lisos e loiros, e olhos azuis, seja negra; no Brasil, prepondera a marca fenotípica, dentre elas a cor da pele.

A modernidade estabelece a beleza da mulher branca como modelo exaltado, excluindo e marginalizando quem não reproduz o modelo supracitado, por alguns instantes acreditamos na existência de uma “máquina do tempo” que nos fazia voltarmos ao passado e contemplarmos as piadas e apelidos que nos foram impostos devido a nossa pele negra. (PIMENTEL *et al.*, 2011, p. 75)

E com isso:

Ao propormos uma pedagogia insurgente, desafiamos o modelo hegemônico e consideramos belas as mulheres negras. Para isso, foi crucial compreendermos que “amar a negritude como resistência política transforma nossas formas de ver e ser e, portanto, cria condições necessárias para que nos movamos contra as forças de dominação e morte que tomam as vidas negras” (HOOKS, 2019 *apud* PIMENTEL *et al.*, 2021, p. 76).

Esta valorização da cultura e história negras, dentro das comunidades, representa um aquilombamento de saberes, contra falsas premissas, que, desconsiderando causa e efeito, procuram afirmar, com base em fatos sociais e economicamente negativos na África, fora guerras e fome, uma imagem tal qual se o continente sempre houvesse sido deste panorama. E, assim, apresentam uma imagem restrita à miséria, destruição, guerras e fome, ou seja, a África como um espaço de atraso e incivilizacional, fadada à desgraça e ao infortúnio.

Estas ideias e pressupostos “maquiam”, omitem, negam, mentem, não somente sobre as grandes civilizações e reinos grandiosos nesse continente, como também sobre a destruição, em várias escalas, promovida pelos colonizadores. Consequentemente, não levando em conta, por um lado, civilizações como a do antigo Egito e outros reinos prósperos, anteriores às Grandes Navegações (CARVALHO; SANTOS, 2021).

Além disso, deve-se fazer o questionamento à narrativa por parte de determinados indivíduos e segmentos sociais no Brasil, que diuturnamente evocam que a prática colonizatória escravagista implantada pelos portugueses foi branda e facilitada por um, digamos, misto de condicionamento, aceitação e receptividade dos negros africanos para serem escravizados. Na realidade, a lógica escravagista imposta pelos lusitanos quando da diáspora negra, quando milhares de negros foram forçados a irem ao que seria estabelecido como continente americano, não somente afetou os corpos negros, mas decerto, a mente desses.

Este processo forçou aquela geração e as gerações vindouras, inclusive as atuais, ao esquecimento e apagamento, senão todo, em grande parte, invisibilizando a memória de seus antepassados, e de toda a criação e engenhosidade cultural, em suas diversas manifestações, tais quais culturais e técnicas.

O deslocamento forçado de milhares de africanos\as para as Américas, atrelado ao ato de negação e esvaziamento dos seus pertencimentos espaciais e subjetividades, fez com que estes\estas, bem como afro-brasileiros/as fossem cada vez mais reduzidos a uma lógica colonialista que marginaliza e invisibiliza seus saberes e culturas ancestrais (MENDES; RATTIS, 2021, p. 20).

E quando não invisibilizadas a memória e conhecimento a respeito de sua ancestralidade africana, os negros são, em grande medida, “bombardeados e torpedeados”, dentro de uma lógica colonialista, que marginaliza os saberes e culturas negras. Esta lógica colonial é responsável por imputar aos negros no Brasil a ideia de que, por uma consequência genética, racial, inclusive espiritual, os africanos e seus descendentes seriam naturalmente submissos, subservientes, subalternos e “dóceis”, enfim, afeitos a serem dominados.

E com efeito, “algumas correntes”, dentro do cristianismo, atribuem aos negros a marca de Cam, que, em outras palavras, resumidamente, por uma interpretação bíblica, se refere a um

personagem bíblico que por atitude em relação a Noé, foi amaldiçoado em um evento ao contrariar um princípio de Deus. Assim, tendo sua descendência a marca da maldição na cor da pele negra, e em virtude desse fato, os negros estariam fadados às agruras da vida. Vale dizer, que este pensamento é algo fortemente rebatido dentro do próprio cristianismo.

Em outras palavras, para os racistas, do ponto de vista biológico e da ideia, já superada pela Ciência, da construção racial de “raças⁹ humanas”, o negro é inferior aos brancos, assim como para alguns segmentos religiosos. Portanto, dentro dessa visão de hierarquia racial, o negro é bestializado, com intelecto primitivo, um animalizado, e nesse sentido, dentro da ótica do “fardo branco”, deve ser domado, domesticado, iluminado, e orientado pelo homem branco.

Por outro lado, há a visão de que a população negra é afeita ou “própria” para o trabalho braçal, na medida que são coisificados, segundo a ótica racista, destituída de qualquer humanidade ou ímpeto de libertação dessas amarras, o que é uma falsa verdade construída, e, portanto, um terreno fecundo a se trabalhar pelas Geografias Negras na ambiência escolar. Indo além, um trabalho neste sentido poderia combater essas afirmações falaciosas, que ao mesmo tempo maculam e inferiorizam os negros, ou ainda invisibilizam toda uma história positiva, em diversas áreas do saber, criada e construída pelos povos negros.

Ainda imerso no empoderamento da negritude, a Geografia pode trabalhar em sala de aula com a contribuição negra para a riqueza cultural brasileira, desde o momento Brasil colônia. Neste período da história brasileira, diversas práticas e conhecimentos tecnológicos foram trazidos da África e foram empregados pelos colonizadores. Como apontam Tartaglia e Souza (2021, p. 27): “O período imperial no Brasil, em que foram iniciadas tentativas de modernização na indústria (como as fundições de ferro e as siderúrgicas), também foi beneficiado pelos conhecimentos raros e especializados de africanos e africanas em condição de escravização [...]”.

Dessa forma, havia um conhecimento avançado dos povos africanos, que era utilizado pelos colonizadores portugueses, demonstrando que a África não era atrasada, ou habitada por primitivos e incivilizados. Na verdade, havia uma efervescência e produção de conhecimentos tecnológicos, desde longa data, produzidos pela população negra, em distintas áreas, como na agricultura, edificações e metalurgia.

Portanto, visibilizar outras formas de pensar as técnicas e as tecnologias, fugindo de um tecnicismo ocidental-eurocêntrico, embora seja uma tarefa desafiadora, é fundamental justamente devido ao seu potencial de romper com representações negativas de determinados territórios e pessoas (TARTAGLIA; SOUZA, 2021, p. 2).

Descortinar a existência desses saberes, a exemplo de técnicas e tecnologias, é de suma importância, dentro das Geografias Negras e para a sociedade brasileira como um todo, para o resgate da história negra. Tendo o potencial e serventia de rechaçar as posturas racistas, preconceituosas e de inferiorização impingidas à população negra nesses últimos séculos.

Outra estratégia de ensino, que representa um aquilombamento, se dá pelo uso da rica musicalidade construída pela negritude em derredor do mundo, conforme aponta Gonçalves (2021), a exemplo da música Funk, herdada dos negros estadunidenses aos brasileiros, os quais também estes, a moldaram à forma “tupiniquim”. Musicalidade e ritmo esse, o Funk, que conquistou lugar de relevância no Brasil, sendo um excelente exemplo, enquanto música de protesto, em relação às agruras sociais, é um excelente recurso a ser utilizado pelas Geografia Negras.

⁹ Ainda que o termo raça, na Ciência Biológica, não exista entre os seres humanos, esta expressão ainda é largamente usada para questões que envolvam demandas étnicas.

Neste sentido, o Funk como expressão social a ser analisada, tem muito a contribuir, ao referenciar as letras de protesto e reivindicatórias, ao se conectar com a análise espacial geográfica, em que expressa o cotidiano dos diversos espaços, e a relação morro e asfalto. Como aponta Gonçalves (2021):

Na Geografia não é diferente: há trabalhos que envolvem o Funk, destacam o preconceito que esta cultura sofre, mas não há necessariamente o compromisso de usar elementos dessa cultura, além da música, para aflorar africanidades, resgatar ancestralidades, dar visibilidade e protagonismo à população negra e, principalmente – denunciar o racismo que existe através do epistemicídio das contribuições da população negra na construção da cultura do país, tanto no passado como atualmente. Usar o Funk como ferramenta didática no Ensino de Geografia é uma das estratégias antirracistas para se desenvolver o raciocínio geográfico escolar enegrecido (GONÇALVES, 2021, p. 82).

Então, a musicalidade em seus diversos ritmos, a qual fala, retrata e protesta contra as mazelas sociais, a exemplo da música Funk, configura-se em uma grande ferramenta para a análise do espaço brasileiro e, em especial, quando do estudo da população negra no espaço nacional (OLIVEIRA; SAMPAIO, 2021, p.70).

É também importante, para além da pedagogia e da epistemologia, um construir geográfico que se posicione antirracista e afrocentrado, também na esfera política/social, o que envolve não somente a negritude, mas também a branquitude enquanto aliada nesse processo. Como nos apontam Celestino e Oliveira:

Construir uma Geografia afrocentrada e antirracista não é um desafio epistemológico ou pedagógico. São inúmeras as referências teórico-práticas que podem contribuir neste sentido. Para além disso, entendemos que este processo de descolonizar a Geografia Escolar e enegrecê-la é um desafio político que deve ser enfrentado pela branquitude. Em muitos casos, não faltam materiais e experiências positivas, mas falta boa vontade em repensar autoras/es, currículos e práticas pedagógicas para a construção de uma educação antirracista (CELESTINO; OLIVEIRA, 2021, p. 95).

E, decerto, mais que o uso de materiais ou experiências positivas, ainda que importantes, faz-se imperioso o aprofundar nas ideias e propostas de pensadores e autores, assim como em atividades e práticas pedagógicas que corroborem para um educar antirracista. Nós, geógrafos, temos a oportunidade ímpar, vivemos um momento histórico, para fazermos a diferença no campo educacional, combatendo as lacunas impostas e perpetradas pela imposição colonial hegemônica eurocentrada no ensino. Sobretudo porque este ensino colonialista invisibiliza o negro e sua história, repercutindo dentro da própria geografia, que durante anos relegou à negritude e ao seu papel na formação do Brasil, quando não um apagamento histórico, o negativismo humano.

Onde são encontrados registros de ancestralidade africana no espaço escolar? Por um lado, as produções acadêmicas e manuais escolares que registram a concepção eurocêntrica de mundo e a sua respectiva trajetória enquanto sociedade. De outro, as lacunas sobre a memória cultural de indígenas e povos afro-brasileiros nestes mesmos materiais. Por onde estiveram as abordagens que dão protagonismo aos saberes e práticas de diversos grupos étnico-raciais e que destacam a relevância para a formação da identidade individual e coletiva de pessoas negras (GONÇALVES, 2021, p. 80).

Desta forma, é possível combater os alicerces que colonizam o ser, o saber e o pensar, os quais maculam e marginalizam os saberes “periféricos” e, assim, democratizar o conhecimento, equiparando os saberes ancestrais negros, comumente inferiorizados e depreciados, aos então hegemônicos.

As professoras Maria Clara Leadebal Celestino e Sarah Almeida de Oliveira relatam, em sua pesquisa, a experiência no Colégio de Aplicação da UFRJ (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO), por meio do ensino da Geografia, as quais fortalecem os saberes negros e indígenas. Essas práticas são realizadas no projeto “Vidas Negras Importam, Vidas Indígenas Importam”, em que o corpo docente promove o acolhimento e empoderamento da pluralidade, como pode ser visto em:

(...) o projeto “Vidas Negras Importam; Vidas Indígenas Importam” buscou ao máximo cumprir seu objetivo de centralizar vozes que transgridem ideologias hegemônicas, contando histórias múltiplas desde seu início em 2020 e se desenvolvendo em 2021 em momentos transdisciplinares e em específicos das disciplinas. No caso da Geografia, notamos como a disciplina teve seus horizontes de possibilidades pedagógicas ampliadas com a centralidade de uma prática antirracista, focada nas relações étnico-raciais e abordagens de leituras afrocentradas, no uso de recursos visuais de representação da população negra e na construção de uma identidade negra positiva (CELESTINO; OLIVEIRA, 2021, p. 99).

Essas práticas possibilitam combater pensamentos e posturas coloniais e reacionárias no ensino geográfico e dar voz aos historicamente postos à margem do centro do conhecimento e do saber, envolvendo docentes e discentes dentro desse propósito. É uma bandeira, um papel a ser desempenhado por nós educadores e geógrafos, que somos comprometidos com a educação antirracista, a qual busca irromper com a naturalização do racismo e sua opressão sistêmica. Configura-se a oportunidade para proposição de uma nova realidade a ser escrita, numa nova trajetória histórica e geográfica, plural e decolonial, em prol de uma sociedade de fato mais justa e igualitária.

3.1. Observações de abordagens geográficas antirracistas no ensino fundamental a partir da BNCC

Para além das possibilidades elencadas acima, é também possível construir uma geografia antirracista, a partir de habilidades da BNCC, inclusive para os anos finais do Ensino Fundamental.

No 6º ano do Ensino Fundamental, uma das habilidades a serem desenvolvidas, é a habilidade (EF06GE01) “Comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos”, que se encontra dentro da unidade temática “O sujeito e seu lugar no mundo”, onde deve ser trabalhada a identidade sociocultural dos estudantes. Para tal, é possível abordar como se deu o processo de ocupação dos morros cariocas, desde o Morro da Providência, aos dias atuais. No seu início, a ocupação se dava por uma população majoritariamente de pele negra, como um reflexo direto das consequências do racismo executado dentro de uma pretérita política de Estado escravagista, que promoveu através dos tempos um processo de segregação social, econômica e étnica, o qual atingiu sobremaneira o segmento negro brasileiro.

A formação territorial do Brasil é trabalhada no 7º ano e a habilidade EF07GE03 indica “selecionar argumentos que reconheçam as territorialidades dos povos indígenas originários, das comunidades remanescentes de quilombos, de povos das florestas e do cerrado, de

ribeirinhos e caiçaras, entre outros grupos sociais do campo e da cidade, como direitos legais dessas comunidades”. Sugere-se, então, abordagens sobre a importância dos Quilombos enquanto símbolo da resistência negra, reconhecendo que estes materializaram, tanto um abrigo, quanto fortaleza, um refúgio, ainda que não somente, mas especialmente dos negros, como forma de sobrevivência e liberdade frente ao regime estatal opressor escravagista que perpetrava inúmeros homicídios, estupro e mutilações aos escravizados negros.

A habilidade EF08GE17, do 8º ano, sugere “analisar a segregação socioespacial em ambientes urbanos da América Latina, com atenção especial ao estudo de favelas, alagados e zona de riscos”, onde é possível abordar as transformações do espaço na sociedade urbano-industrial na América Latina. Assim, é possível fazer uma abordagem sobre as favelas, indicando que, sejam elas planas, ou morros, representam, fixos na espacialidade geográfica onde pode ser observado, desde a sua formação, o processo de segregação socioespacial. Além disso, uma quantidade considerável desses espaços são ocupados por uma parcela do segmento social economicamente desfavorecida, nos quais há, por questões históricas, um contingente significativo de pessoas negras, as quais, não raramente, vivem diferentes graus de precarização, a exemplo do déficit da atuação estatal, com infraestrutura precária e violência armada, por exemplo.

Finalmente, de modo a trabalhar sobre as manifestações culturais na formação populacional no 9º ano, atende-se à habilidade EF09GE03: “Identificar diferentes manifestações culturais de minorias étnicas como forma de compreender a multiplicidade cultural na escala mundial, defendendo o princípio do respeito às diferenças”. Assim, pode-se trabalhar a Capoeira enquanto símbolo da resistência negra, tanto na forma de dança, enquanto meio estratégico, quanto na forma de manifestação religiosa e na forma de luta contra a violência do sistema escravocrata.

4 CONCLUSÃO

A Ciência Geográfica apresenta, desde a Geografia Crítica, um movimento em seu interior no qual busca exercer uma Geografia, que se expresse de forma contundente, ampla e profundamente, e ainda mais próxima à realidade social e histórica da humanidade. E em momentos mais recentes, com as Geografias Negras, as questões étnico/raciais são tratadas de forma mais pontual e incisiva, dando voz e visibilidade aos historicamente invisibilizados pelas raízes coloniais.

No entanto, ainda que passado o sistema escravocrata enquanto modo formal de economia estatal, ainda persiste nas relações sociais, e de certo, no sistema de ensino brasileiro, a cultura colonial impregnada na sociedade nacional.

A necessidade de um ensino antirracista faz-se mister diante de uma sociedade calcada, ainda que não em sua inteireza, em padrões racializados, que superestimam relacionais eurocentrados, e subestimam tudo que não seja conforme o padrão de branquitude.

Inúmeras injustiças seculares perduram nos dias atuais, marginalizando saberes e corpos negros e indígenas, o que demonstra, apesar da fama artificialmente construída de democracia racial, que na terra “brasilis” não há de fato uma democracia e harmonia étnico raciais.

Particularmente vejo que, dentro das relações sociais no Brasil, ainda que não de forma absoluta, porém em diversos graus de intensidade, desde velado e sutilmente, ao aberto e agressivamente, percebe-se naturalizações do racismo com raízes profundas e de longo alcance no imaginário e atitudes as quais permeiam a sociedade. E que por consequência são, mesmo não sendo causas únicas, contudo fundamentais no processo das grandes desigualdades e abismo social que assolam o país, sendo portanto uma herança nefasta a qual no processo, comumente, alija uma parcela significativa da população brasileira, sobremaneira negra e não branca, da sua potencialidade e plenitude existencial.

Assim tal qual compreendo e comungo em dar voz a imperiosa necessidade dos esforços e empenhos para a superação dos estigmas, estereótipos e marginalizações, sejam elas de cunho racial, socioeconômico, de gênero, origem e religioso que estão incrustados na sociedade, as quais implicam, desde longa data, em diversas atitudes e ações que ferem, matam, limitam e cerceiam vidas.

Avanços, a duras penas, têm sido alcançados e conquistados, a exemplo de medidas reparatórias, não por acaso, e não que algum dia tenha necessariamente cessado, intensificam-se as manifestações racistas e reacionárias, de cunho autoritário e privatista, que intentam conter as conquistas sociais e reparatórias, as quais, concretizadas a muito custo, vêm dando os seus frutos.

Nesse contexto, a Ciência Geográfica representada pelas Geografia Negras, compõem as fileiras de luta, atuando na educação, e com repercussões em outras áreas do saber e do conhecimento, alcançando a seara política e governamental, juntando forças a outros movimentos sociais para a consecução de uma sociedade inclusiva e igualitária.

As Geografias Negras nascem no seio da Geografia, e das mentes e corações imbuídos do espírito aguerrido, que combate e protesta contra as mazelas da sociedade, e que busca a justiça e igualdade sociais. E nesse movimento, lançam luz, descortinando o conhecimento, e são farol, para que a liberdade seja alcançada, em mente, corpo e espírito.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Ana Carolina S. *et al.* **Antirracismo, educação e Geografia: o potencial das coletividades negras na subversão do espaço escolar.** Giramundo, Rio de Janeiro, v. 8, N. 16, p. 61-70, jul./dez. 2021.
- CARVALHO, Natália Lídia Garcia de; SANTOS, Anne Catherine Ferreira dos. **Educação, território e identidade no contexto das comunidades quilombolas do Ceará.** Giramundo, Rio de Janeiro, v.8, n.16, p.35-44, jul./dez. 2021.
- CELESTINO, Maria Clara Leadebal; OLIVEIRA, Sarah Almeida de. **“Vidas negras importam; Vidas indígenas importam”**: reflexões sobre a Geografia em projeto de ensino no 8º ano do ensino fundamental. Giramundo, Rio de Janeiro, v.8, n.15, p. 91-101, jan./jun. 2021.
- CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de. **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico / organização Valter do Carmo Cruz, Denílson Araújo de Oliveira.** – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.
- GONÇALVES; Ludmylla Soares dos Santos. **O uso do Funk como ferramenta didática no ensino de Geografia.** Giramundo, Rio de Janeiro, v.8, n.15, p.77-90, jan./jun. 2021.
- FERNANDES; Florestan. **Significado do protesto negro.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. – (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 33).
- SILVA JUNIOR, Diomário da; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; FERREIRA, Michele Guerreiro; COSTA, Ricardo Cesar Rocha da (Orgs). **Pedagogias Decoloniais e Antirracismos: a Potência das Práxis Decoloniais** [recurso eletrônico]. – Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.
- MENDES, Raquel Almeida; RATTS, Alecsandro José Prudêncio. **A Geografia na Base Nacional Curricular: Reflexões sobre a temática africana e afro-brasileira na etapa do ensino fundamental.** Giramundo, Rio de Janeiro, v.8, n.15, p.19-31, jan./jun. 2021.
- MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.
- MORAIS, Marcelo Alonso. **Por um ensino de Geografia antirracista: as possibilidades da Lei 10639/03 no combate ao racismo religioso no município do Rio de Janeiro.** Giramundo, Rio de Janeiro, v.8, n.15, p.33-43, jan./jun. 2021.
- OLIVEIRA, Ana Flávia Borges de; SAMPAIO, Adriany de Ávila Melo. **Reconto Joãozinho e Maria na prática de contação de histórias: aplicabilidade da Lei 10.639/2003 na Geografia.** Giramundo, Rio de Janeiro, v.8, n.15, p. 67-75, jan./jun. 2021.
- OLIVEIRA, Denílson Araújo de. Existências desumanizadas pela colonialidade do poder: necropolítica e antinegitude brasileira. *Geographia*, vol.24, n.53, 2022.
- PIMENTEL, Ivan Ignácio; SILVA, Laís Gabriela; MONTIJO, Ana |Cecília Silvestre; PEREIRA, Roberta Tatiane Oliveira; OLIVEIRA, Úrsula Râmisa. **O cheiro da mulher negra: a [re]significação a partir de práticas pedagógicas insurgentes.** Giramundo, Rio de Janeiro, v.8, n.16, p.71-83, jul./dez. 2021.

RODRIGUES, Aline de Lima; DALL'AGNESE, Júlia; BUENO, Laura Cardoso. **As questões étnico-raciais nas aulas de Geografia:** uma contribuição a partir da literatura. Giramundo, Rio de Janeiro, v.8, n.15, p.57-65, jan./jun. 2021.

SANTOS, Adir Fellipe Silva; SILVA, Joseli Maria, OLIVEIRA, Denílson Araújo de. **O desenvolvimento da Geografia das racialidades no Brasil:** a constituição dos conceitos e temas centrais. ANPEGE. v. 19, n°38 (2023).

SANTOS, Ariel Costa dos. **Entre o quarto do despejo e a sala de aula:** experiências e atravessamentos com alunos da educação básica a partir da leitura de Carolina de Jesus. Giramundo, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 55-60, jul./dez. 2021.

SANTOS, Renato Emerson dos. O Movimento Negro e a luta anti-racismo: por uma perspectiva descolonial. **Yayakusun.** Lima, Perú, n. 6, p 93-108. “Disponível em: <https://revistas.urp.edu.pe/index.php/Yuyaykusun/article/download/257/247/527>. Acesso em: 08 out. 2024.”

SILVA; Marciana Conceição da; SANTOS, Clélio Cristiano dos; FERNANDES, Érick dos Santos. **Uma análise sobre o dia da consciência negra e o ensino da cultura afro-brasileira em União dos Palmares – Alagoas.** Giramundo, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 45-56, jan./jun. 2021.

TARTAGLIA, Leandro; SOUZA, Larissa Lima de. **Tecnologias africanas na construção do território brasileiro:** um diálogo entre Milton Santos e Ogum como contribuição à Geografia Escolar. Giramundo, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 21-34, jul./dez. 2021.